

Prefeitura Municipal de Brejetuba

INSTRUÇÃO NORMATIVA SPO Nº. 001/2014

“DISPÕE SOBRE ORIENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PPA NO MUNICÍPIO DE BREJETUBA-ES”.

VERSÃO: 01

DATA DE APROVAÇÃO: 06/05/2014

ATO DE APROVAÇÃO: Decreto Municipal n.º 100/2014

UNIDADE RESPONSÁVEL: SPO – Sistema de Planejamento e Orçamento, Secretaria Municipal de Finanças e Secretaria Municipal de Administração.

A UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJETUBA-ES, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 5º, da lei municipal 602/2013, sem prejuízo das atribuições estabelecidas na lei de estrutura do município, na lei de plano de cargos e vencimentos, recomenda a quem couber os procedimentos constantes desta Norma de Procedimentos na Prática de suas atividades.

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º. - Esta Instrução Normativa tem por finalidade disciplinar a elaboração, aprovação e execução do Plano Plurianual - PPA, garantir o cumprimento dos prazos de encaminhamentos e atender legalmente os dispositivos contidos na Constituição Federal de 1988, Lei Federal 4.320/64 e Lei Complementar 101/2000 LRF.

CAPÍTULO II DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º. - Abrange todas as Unidades Administrativas do Poder Executivo do Município de Brejetuba, Estado do Espírito Santo.

Prefeitura Municipal de Brejetuba

CAPÍTULO III DOS CONCEITOS

Art. 3º. - Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

I. Programa - Instrumento de organização da ação governamental que articula um conjunto de ações visando à concretização do objetivo nele estabelecido, sendo classificado como:

- a) Programa Finalístico: resulta na oferta de bens e serviços diretamente à sociedade e são gerados resultados passíveis de aferição por indicadores;
- b) Programa de Apoio Administrativo e Áreas Especiais: resulta na oferta de serviços voltados para o Poder Público, para a gestão de políticas e para o apoio administrativo.

II. Ação - Instrumento de programação que contribui para atender ao objetivo de um programa, podendo ser orçamentária ou não-orçamentária, sendo a orçamentária classificada, conforme sua natureza, em:

- a) Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação da administração;
- b) Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação da administração;
- c) Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações da administração, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Prefeitura Municipal de Brejetuba

III. Plano Plurianual (PPA) - Instrumento de planejamento estratégico de suas ações, estabelecendo as medidas, gastos e objetivos a serem seguidos, contemplando um período de quatro anos.

a) Tem vigência do segundo ano de um mandato até o final do primeiro ano do mandato seguinte, garantindo a continuidade administrativa dos programas fixados ou em andamento.

b) O PPA é constituído por macro objetivos, que são grandes objetivos que devem ser alcançados pela administração pública, e de grande impacto para a população, como a redução da pobreza, emprego e geração de renda, segurança, educação, etc.

c) Para alcançar esses objetivos, a ação de Governo se organiza em programas que visam solucionar problemas, atender demandas ou ainda criar oportunidades de desenvolvimento e crescimento para as populações das cidades e do campo.

d) Por ser um documento de planejamento de médio prazo, é o PPA que dá suporte à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) subsequentes, que especificam onde e como os recursos serão aplicados a cada ano. Desta forma, somente poderão ser efetuados investimentos em programas estratégicos previstos na redação do PPA para o período vigente.

CAPÍTULO IV DA BASE LEGAL

Art. 4º. - A presente Instrução Normativa baseia-se legalmente nos seguintes instrumentos: Lei Federal 4.320/64; Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº. 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal); Lei Complementar nº 07/90; Lei Municipal nº 602/2013 e Resolução nº 227/2011 do TCE/ES.

CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5º. - São responsabilidades da Secretaria Municipal de Administração:

Prefeitura Municipal de Brejetuba

I - Promover a divulgação e implementação da Instrução Normativa às áreas executoras e supervisionar a sua aplicação;

II - Promover discussões técnicas com as unidades executoras e com a Unidade Central de Controle Interno, para definir as rotinas de trabalho e respectivos procedimentos de controle que devem ser objeto de alteração, atualização ou expansão da instrução.

Art. 6º. - Compete a Secretaria Municipal de Finanças o gerenciamento e a organização do processo de elaboração do PPA:

I – Promover reuniões com as Unidades Executoras para levantamento de informações a fim de elaborar diagnóstico situacional do Município;

II – Apresentar ao Chefe do Poder Executivo o diagnóstico situacional do Município para definição das prioridades (macro objetivos) a serem contempladas no PPA;

III – Realizar levantamento das fontes de recurso disponíveis para custeio das ações e programas;

IV – Promover reuniões com as Unidades Executoras para detalhamento das ações e programas a serem priorizados no PPA, de acordo com a disponibilidade de receita;

V – Encaminhar proposta do PPA à Unidade Central de Controle Interno até o dia 31 de julho.

Art. 7º. - São responsabilidades das Unidades Executoras:

I – Atender às solicitações da Secretaria Municipal de Finanças quanto ao fornecimento de informações e a participação no processo de atualização da Instrução Normativa;

II – Alertar a Secretaria Municipal de Finanças sobre alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho, objetivando a sua otimização, tendo em vista

Prefeitura Municipal de Brejetuba

principalmente o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;

III - Manter a Instrução Normativa à disposição de todos os funcionários da unidade velando pelo fiel cumprimento da mesma

IV - Cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial, quanto aos procedimentos de controle referente à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

Art. 8º. - São responsabilidades da Unidade Centro de Controle Interno:

I - Prestar apoio técnico por ocasião das atualizações da Instrução Normativa, em especial no que tange a identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;

II - Analisar a proposta do PPA e emitir parecer quanto ao que preceitua a legislação pertinente, encaminhando a Secretaria Municipal de Finanças;

III - Através da auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes a esta Instrução, propondo alterações para aprimoramento dos controles ou mesmo a formatação de novas Instruções Normativas.

CAPÍTULO VI DOS PROCEDIMENTOS

Seção I Da Elaboração do PPA

Art. 9º. - Elaborar diagnóstico das necessidades, dificuldades, potencialidades e vocação econômica do Município.

Art. 10 - Definir os macro objetivos e metas da administração para um período de quatro anos de exercício.

Prefeitura Municipal de Brejetuba

Art. 11 - Identificar o volume de recursos em cada uma das fontes de financiamento e elaborar o orçamento da receita para o período.

Art. 12 - Apurar os gastos em manutenção da máquina administrativa e definir as disponibilidades financeiras para criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental.

Art. 13 - Definir os programas e as ações de governo em planilhas com identificação do diagnóstico, diretrizes, objetivos, produto, unidade de medida, metas físicas e financeiras e fontes de financiamento.

Art. 14 - Elaborar cronograma até o dia 31 de março, com todas as etapas e prazos que devem ser cumpridos até o encaminhamento do PPA ao Poder Legislativo.

Seção II

Da Audiência Pública

Art. 15 - A participação da sociedade nas audiências públicas se dará na forma estabelecida na Constituição Federal e na lei Complementar 101/2000 que disciplina a realização de uma audiência pública.

Art. 16 - O Poder Executivo Municipal é responsável pela agenda, convocação e preparação de dados e informações necessárias para o debate popular em audiência pública para realização do PPA.

Art. 17 - A Audiência Pública será objeto de registro em ata com as decisões ali tomadas e juntamente com a lista de presença.

Seção III

Da Elaboração do Projeto de Lei do PPA

Art. 18 - A elaboração do texto do Projeto de Lei do Plano Plurianual deverá estabelecer de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes relativas aos programas de duração continuada, previsto no artigo 165 da Constituição Federal.

Prefeitura Municipal de Brejetuba

Parágrafo Único – A minuta do Projeto de Lei deverá ser elaborada pela Secretaria Municipal de Finanças e encaminhada a Procuradoria Geral do Município para análise e consolidação do projeto de lei.

Art. 19 - O Plano Plurianual PPA deverá ser elaborado de forma que venha a contribuir para o crescimento do Município, devendo estar de forma clara às propostas de gestão de governo.

Art. 20 - O PPA deverá conter todas as ações e os programas da administração para os próximos quatro anos.

Art. 21 - A Secretaria Municipal de Finanças deverá fazer a elaboração de minuta de exposição de motivos (Mensagem) e minuta de ofício de encaminhamento à Câmara Municipal, conforme definido na Lei Orgânica.

Parágrafo Único – A minuta da Mensagem deverá ser encaminhada a Procuradoria Geral do Município para análise, consolidação e devidos encaminhamentos, e a minuta do ofício deverá ser encaminhado ao Gabinete do Prefeito para providências.

Seção IV

Do Encaminhamento e Prazo do Projeto de Lei ao Poder Legislativo

Art. 22 - O projeto de Lei do Plano Plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato subsequente, deverá ser encaminhado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo até o dia 30 de outubro e deverá ser devolvido ao poder Executivo aprovado até o encerramento da sessão legislativa.

Seção V

Da Sanção do Projeto de Lei pelo Poder Executivo

Art. 23 - Depois de recebida do Poder Legislativo a Lei aprovada, o Poder Executivo terá um prazo de 15 dias úteis para fazer a sanção a Lei.

Seção VI

Da Publicação

Prefeitura Municipal de Brejetuba

Art. 24 - A publicação do texto da Lei será publicada no órgão oficial do Município, inclusive em meios eletrônicos, previsto no artigo 48 da LRF.

Seção VII

Do Encaminhamento da Lei e seus anexos ao Tribunal de Contas do Estado

Art. 25 - O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado TCE/ES o PPA até o dia 30 de janeiro do ano subsequente ao que foi votado.

Art. 26 - Deverá também encaminhar ao TCE/ES cópia da Publicação da Lei do PPA.

Art. 27 - Quando houver alteração do PPA, este deverá ser encaminhada ao TCE/ES no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis após a sua aprovação.

Seção VIII Do Cronograma

Art. 28 - Segue abaixo resumo das etapas/obrigações a serem cumpridas pelo Executivo Municipal, durante a elaboração do PPA, juntamente com seus respectivos prazos:

AÇÃO	PRAZO
Entregar cronograma de etapas e prazos	Até 31 de março
Encaminhar projeto de lei ao Poder Legislativo	Até 30 de outubro
Sancionar a lei pelo Poder Executivo	15 dias úteis, contados da data de recebimento do Poder Legislativo
Encaminhar o PPA ao TCE/ES pelo Executivo Municipal	Até 30 de janeiro do ano subsequente ao que foi votado
Encaminhar alteração do PPA ao TCE/ES pelo Executivo Municipal	15 dias úteis após a sua aprovação, Impreterivelmente

CAPÍTULO VII DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Prefeitura Municipal de Brejetuba

Art. 29 - A elaboração das metas do PPA deverá obedecer à legislação em vigor, partindo sempre de um estudo detalhado do diagnóstico da necessidade, dificuldades, potencialidades e vocação econômica do Município, para definição dos objetivos e metas da administração, identificando o volume de recursos em cada uma das fontes de financiamento e apurados os gastos com manutenção da estrutura administrativa.

Art. 30 - Os procedimentos contidos nesta Instrução Normativa deverão ser respeitados quando da sua elaboração ou alterações deste instrumento de planejamento.

Art. 31 – Pertence também a esta Instrução Normativa, anexo I: fluxograma para elaboração do PPA.

Art. 32 - Esta instrução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brejetuba- ES, 06 de maio de 2014.

JOÃO DO CARMO DIAS

Prefeito Municipal

RITHIELLI DOS SANTOS ULIANA

Controlador Geral

Brejetuba - ES - Brasil

Prefeitura Municipal de Brejetuba

DECRETO NORMATIVO N.º 100/2014

“APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO SPO Nº 001/2014, QUE DISPÕE ORIENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PPA”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BREJETUBA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, SR. JOÃO DO CARMO DIAS no uso das atribuições legais e;

- Considerando as exigências contidas nos artigos 31 e 74 da Constituição Federal, no parágrafo único do art. 54 e art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal e artigos 29, 70, 76 e 77 da Constituição Estadual; Lei Municipal nº 1.524/2012, e a Resolução nº 227/2011 e 257/2013 do TCE-ES;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica aprovada a Instrução Normativa do Sistema de Planejamento e Orçamento SPO nº. 001/2014, que segue anexa como parte integrante do presente decreto.

Parágrafo Único – A Instrução Normativa a que se refere o caput, dispõe sobre procedimentos para disciplinar a elaboração, aprovação e execução do Plano Plurianual - PPA, garantir o cumprimento dos prazos de encaminhamentos e atender legalmente os dispositivos contidos na Constituição Federal de 1988, Lei Federal 4.320/64 e Lei Complementar 101/2000 LRF.

Art. 2º. - Todas as Instruções Normativas após sua aprovação e publicação deverão ser executadas e aplicadas pelas Unidades Administrativas.

Art. 3º. - Caberá à Unidade Central de Controle Interno – UCCI e Secretaria de Finanças prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos deste Decreto.

Art. 4º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Brejetuba-ES, 06 de maio de 2014.

JOÃO DO CARMO DIAS

Prefeito Municipal

IN. SPO 001/2014 - Elaboração do Plano Plurianual de Brejetuba-ES

	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	PREFEITO MUNICIPAL	UNIDADES EXECUTORAS	LOCAIS DE REALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
<p>ELABORAÇÃO DO PPA</p>	<pre> graph TD INICIO([INÍCIO]) --> B1[Elaborar inventário das ações do Governo Municipal em andamento, bem como do recadastramento de todas as atividades e projetos] B1 --> B2[Organizar o processo de elaboração que deverá contar com a participação popular e será conduzido pela Unidade Central de Planejamento, coordenadas pelo Prefeito Municipal, bem como, pelas unidades executoras] B2 --> B3[Definição das Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração Municipal..] B2 --> B4[a) Elaborar fluxograma das atividades se for o caso; b) Desenvolver formulários e/ou adequar sistemas informatizados para o registro das informações necessárias em cada atividade; c) Estabelecer os procedimentos de segurança em tecnologia da informação aplicáveis ao processo; d) Detalhar as análises, confrontações e outros procedimentos de controle a serem executados em cada etapa do processo; e) Elaborar check-list de controle; f) Definir cronograma de atividades, tendo em vista o prazo estabelecido para o encaminhamento do projeto de lei do PPA à Câmara; g) Coordenar a realização de diagnóstico da situação em cada uma das Unidades Executoras; h) Diagnosticar em parceria com as Unidades Executoras, as demandas sociais, os problemas, melhorias, necessidades e potencialidades que orientarão as futuras ações governamentais; i) Levantar em parceria com as Unidades Executoras os objetivos estratégicos, as diretrizes e as informações de caráter geral para fundamentar a elaboração do PPA em consonância com o Plano de Governo e o Plano Diretor, se for o caso; j) Apurar a capacidade de investimento da administração; k) Realizar estudos e pesquisas para identificar os possíveis efeitos dos programas instituídos por outros entes no governo local;] B4 --> B5[l) Especificar em parceria com as Unidades Executoras os programas que serão executados, detalhando os recursos a serem utilizados, definindo indicadores, bem como, as possíveis ações a serem realizadas (projeto, atividade ou operação especial);] B5 --> B6[Elaboração da primeira versão do PPA] B6 --> B7[Elabora a ata e conclui o projeto do PPA] B7 --> B8[Encaminha a ata e o projeto de lei do PPA ao Poder Legislativo] B8 --> FIM1([FIM]) </pre>	<p>Definição das Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração Municipal..</p>	<p>Levantamento dos Problemas e Elaboração dos Programas.</p>	<p>Discutir o projeto de PPA em audiência pública</p>
<p>APÓS A APROVAÇÃO DO PPA PELO PODER LEGISLATIVO</p>	<pre> graph TD INICIO([INÍCIO]) --> B1[Preparar a sanção e publicação da lei do PPA] B1 --> B2[Distribuir a Lei do PPA a todas as unidades da estrutura organizacional] B2 --> B3[Encaminhar tempestivamente o processo físico para o TCE-ES, de acordo com as regras estabelecidas no Manual de orientação para Remessa de Documentos ao TCE-ES, dentro do prazo estabelecido.] B3 --> B4[Após a publicação da lei de PPA deverão ser observadas as seguintes ações: Pela Secretaria de Planejamento em parceria com as Unidades Executoras:] B4 --> B5[a) Acompanhar e fiscalizar a execução do PPA; b) Avaliar o cumprimento das metas previstas no PPA; c) Revisar os objetivos e metas estabelecidas no plano, quando for o caso; d) Alterar o PPA, observando os critérios e procedimentos estabelecidos na legislação.] B5 --> FIM1([FIM]) </pre>	<p>Receber cópia da Lei do PPA</p>	<p>Receber cópia da Lei do PPA</p> <p>a) Acompanhar e fiscalizar a execução do PPA; b) Avaliar o cumprimento das metas previstas no PPA; c) Revisar os objetivos e metas estabelecidas no plano, quando for o caso; d) Alterar o PPA, observando os critérios e procedimentos estabelecidos na legislação.</p>	